

■ OPINIÃO



FIF BMC Curto Prazo

A diminuição do poder oficial de ofensiva

Newton Rodrigues *

Eleito folgadoamente ainda no primeiro turno, Fernando Henrique Cardoso pôde reunir à sua volta um grande aglomerado de partidos e, além disso, firmar-se na maioria dos estados onde, com mínimas exceções, seus companheiros políticos ou parceiros em certo trecho da estrada ocuparam os governos estaduais. Das grandes unidades, nenhuma ficou de fora: São Paulo, Minas, Rio de Janeiro e Ceará, com tucanos à frente; Rio Grande do Sul, Bahia, Santa Catarina, Maranhão, etc., com dirigentes aliados. Dos grandes fora do esquema só mesmo Paraná, onde Lerner é um pedetista atípico, e Pernambuco, onde Arraes tampouco vinha criando grandes dificuldades, pois já tem tido muito com que se coçar, devido a problemas internos que o levaram agora a dura derrota no Recife.

Graças ao êxito do Plano Real, foi possível ao governo manter a iniciativa das ações e conservá-la até hoje, dado importante no exame operacional. Mas, da mesma forma que nas ações militares, só a ofensiva assegura a vitória, desde que imponha o desfecho num prazo determinado. Do contrário, entra em esgotamento e sofre confronto de carência. Já há indicações disso.

O retrospecto do projeto de reformas do governo assim o atesta, pois todos os cronogramas oficiais foram sistematicamente furados e, em todos os casos, o Planalto precisou negociar a contragosto. Para avivar memórias políticas habitualmente curtas, não custa lembrar que o próprio Fernando Henrique, ao iniciar o governo, acenou com a aprovação de seus projetos ainda no primeiro semestre de 1995. Eis que chegamos a quase dois anos da posse. É um erro simplista de análise supor que a estabilização da moeda

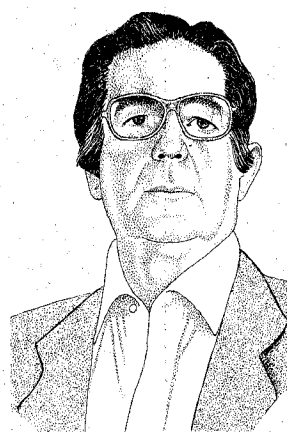
O êxito do Plano Real permitiu ao governo manter a iniciativa das ações, mas só a ofensiva lhe assegura a vitória

continue fator permanente e invulnerável de sustentação. Nem mesmo os técnicos que louvam os efeitos do plano o consideram suficiente, embora divirjam as variáveis críticas. É ponto pacífico que ninguém deseja a volta do período inflacionário. Mas ninguém suporta, tampouco, o aumento constante das taxas de desemprego e a fratura exposta de toda a política social, com ênfase na educação, saúde e seguridade.

O general Geisel, ditador hoje alçado ao panteão fernandista, disse uma vez que aperto demasiado espana a rosca, e isso é o que está ocorrendo. Comparando-se as relações sindicais de alguns meses atrás com as de agora, tem-se a di-

ferença da água não para o vinho, mas para o vinagre, pois as relações azedaram a tal ponto que as centrais de trabalhadores, antes em hostilidade aberta, passaram a constituir formal e informalmente frentes de ação. A experiência política universal mostra que cada conquista alcançada, como no caso da relativa estabilização monetária, cria necessariamente novo patamar para outras reivindicações. Burocratas de gabinete podem pensar o contrário, esquecidos que atrás dos números estão as pessoas. Talvez cause alegria estatística saber que a mortalidade infantil decresceu; na realidade humana, no sentimento do dia-a-dia, o que conta principalmente é o número de crianças mortas que bate recordes até nos centros hospitalares. Não adianta dizer às mães que perderam os filhos que os números gerais desaconselham seu desespero.

Nesse quadro político, a eleição municipal, ainda que sem alterar no plano federal a composição dos centros decisórios, atuou poderosamente. Imagine-se o que seria a alegria tucana se as prefeituras de São Paulo, Rio, Belo Horizonte e Fortaleza lhes tivesse caído nas mãos, em vez da perda



do sonho de verticalização, nesses centros decisivos. É verdade que o PSDB cresceu no número de prefeituras, mas em deslocamento interiorano, o que não é uma rima, nem uma solução, nem mesmo consolo. Enquanto isso, apesar das derrotas, o PT reafirmou-se exatamente nos centros urbanos, o PFL e o PPB avan-

çaram consideravelmente, até em áreas importantes em que desempenhavam papel secundário, com a vitória de Pitta, em São Paulo, e a de Conde, no Rio, onde venceu uma frente de sete partidos.

Nada disso significa, pelo menos ainda, que o governo esteja despencando, pois ainda mantém a iniciativa, porém cada vez mais condicionada ao jogo das concessões e barganhas sempre mais caro e dificultoso, à medida que se aproxima o fim do mandato, mesmo que a indesejável fórmula de reeleição para os atuais mandatários consiga vingar. Pode-se confirmar nas urnas que as esquerdas reais ou fictícias perderam terreno, em conjunto. Mas, em termos de dispositivo de forças e de ameaças ao comando tranquilo, de um presidente que proclamou ser fácil governar o País, surgiu

algo mais perigoso, que é o nascimento e a afirmação de uma oposição de centro, com aberturas para setores de direita e esquerda.

Importante nesse cenário é a ampliação da influência de Paulo Maluf, com sua firme vitória em São Paulo, e o êxito em outros municípios, que já se estão refletindo na tramitação da emenda, reeleitória, onde, aliás, sob pressão do plenário e os riscos de uma decisão do STF, o governo e seu aliado-chave, Luís Eduardo Magalhães, tiveram de recuar na imposição ilegal de um relator pa-

ra a Comissão Especial, substituindo-o por apagada figura, disposta a fazer tudo que seu mestre mandar, o que aliás não esconde. Também no campo congressual, o surgimento da candidatura Delfim Netto à presidência da Câmara, além de valer como um tiro de advertência nas candidaturas de Inocêncio Oliveira e Michel Temer, sinaliza que a bancada peepista está abandonando as amenidades, até porque, se Maluf não demonstrar de imediato capacidade de ação, logo verá seus velhos sonhos transformados em pesadelos. A arregimentação da bancada ruralista, contra as mais recentes medidas de taxação das propriedades rurais, é outro complicativo.

E, como fecho de toda uma movimentação, em outra faixa e com o impulso de Itamar, Sarney, Aureliano e José Aparecido surgiu outra frente, saudada com ênfase por dirigentes do PT e de outros setores, acenando a bandeira da não-privatização da Vale, mas com efeitos diretos e indiretos em todo o processo político. Se, em face de tais fatos, Fernando Henrique recusou o pedido de demissão de seu ex-patrocinador à disputa presidencial, é porque sentiu que o ato, em lugar de afirmação de autoridade, teria efeitos

A frente criada contra a privatização da Vale tem efeitos diretos e indiretos em todo o processo político

negativos, para ele próprio. Até agora, o presidente da República precisou enfrentar, quase apenas, nos mecanismos institucionalizados, a oposição dos partidos e setores considerados de esquerda, de limitada influência no Congresso Nacional e nos postos de comando estaduais e municipais. O surgimento de um movimento oposicionista de centro, com derivações para outros setores, constitui fato novo e de maior importância, pois não assusta camadas e organizações que temem antes de tudo as águas desconhecidas, o mar tenebroso dos navegadores de outrora.